

14. (CESPE / CEBRASPE - 2023 - PC-AL - Delegado de Polícia Civil) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação relacionadas aos crimes de organização criminosa demanda autorização judicial.

Gabarito: Certo.

Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações

Art. 15. O delegado de polícia e o Ministério Público terão acesso, **independentemente de autorização judicial**, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a **qualificação pessoal, a filiação e o endereço** mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.

Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações

Art. 16. As empresas de transporte possibilitarão, **pelo prazo de 5 (cinco) anos**, acesso direto e permanente do **juiz, do Ministério Público ou do delegado de polícia** aos **bancos de dados de reservas e registro de viagens**.

Art. 17. As **concessionárias de telefonia fixa ou móvel** manterão, **pelo prazo de 5 (cinco) anos**, à disposição das autoridades mencionadas no art. 15 (**Delegado e MP**), registros de **identificação dos números dos terminais de origem e de destino das ligações telefônicas internacionais, interurbanas e locais**.

Tipos Penais relacionados à Investigação e Obtenção da Prova

Art. 18. Revelar a identidade, fotografar ou filmar o colaborador, **sem sua prévia autorização por escrito:**

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Art. 19. Imputar **falsamente**, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal **a pessoa que sabe ser inocente**, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa **que sabe inverídicas:**

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Tipos Penais relacionados à Investigação e Obtenção da Prova

Art. 20. **Descumprir determinação de sigilo** das investigações que envolvam a ação controlada e a infiltração de agentes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 21. **Recusar ou omitir** dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou delegado de polícia, no curso de investigação ou do processo:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, **de forma indevida, se apossa, propala,**

Disposições Finais

Art. 22. Os crimes previstos nesta Lei e as infrações penais conexas serão apurados mediante **procedimento ordinário** previsto no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. A instrução criminal deverá ser encerrada **em prazo razoável, o qual não poderá exceder a 120 (cento e vinte) dias quando o réu estiver preso, prorrogáveis em até igual período**, por decisão fundamentada, devidamente motivada pela complexidade da causa ou por fato procrastinatório atribuível ao réu.

Disposições Finais

Art. 23. O **sigilo** da investigação poderá ser decretado pela autoridade judicial competente, para garantia da **celeridade e da eficácia das diligências investigatórias**, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, **ressalvados os referentes às diligências em andamento**.

Parágrafo único. Determinado o depoimento do investigado, seu defensor terá assegurada a prévia vista dos autos, ainda que classificados como sigilosos, no **prazo mínimo de 3 (três) dias que antecedem ao ato**, podendo ser ampliado, a critério da autoridade responsável pela investigação.

Disposições Finais

SÚMULA VINCULANTE 14

É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

15. (CESPE / CEBRASPE - 2024 - ITAIPU BINACIONAL - Profissional de Nível Técnico I - Função: Agente de Segurança) À luz da Lei n.º 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, assinale a opção correta.

- A) O recebimento de proposta de colaboração para análise ou o termo de confidencialidade implica, por si só, a suspensão da investigação, cabendo, conforme o caso, medidas processuais cíveis admitidas pela legislação processual civil em vigor.
- B) Comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da Internet, colher indícios de autoria e materialidade de infração penal praticada por organização criminosa.
- C) Não será admitida a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação nos casos de indícios de infração penal cujas penas máximas sejam superiores a 4 anos, ou que sejam de caráter transnacional.

D) As empresas de transporte possibilitarão, pelo prazo de 8 anos, acesso direto e permanente do juiz e do Ministério Público e, mediante autorização judicial, do delegado de polícia, aos bancos de dados de reservas e registro de viagens.

E) Comete crime na investigação e na obtenção da prova aquele que imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas.

Gabarito: E.

16. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-PB - Escrivão de Polícia) De acordo com as disposições da Lei n.º 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal, assinale a opção correta.

A) Previsto na lei em apreço, o crime de promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa é, em qualquer circunstância, considerado hediondo

B) Para a caracterização do conceito de organização criminosa, previsto no primeiro artigo da lei em questão, é necessária apenas a cumulação dos seguintes requisitos: a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais.

C) A ação controlada, prevista na referida lei, sempre depende de expresse requerimento do MP e de autorização judicial prévia para que a diligência seja efetuada

D) É obrigatória a atuação do agente policial na infiltração de agentes, uma vez que aludido dever decorre das atribuições inerentes ao cargo.

E) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo MP, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, terá de ser precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

Gabarito: E.